



Teto de gastos gera divergências em sessão temática no Plenário

Dois economistas falaram contra e dois defenderam a proposta. O presidente do Senado disse que a medida permitirá a volta do crescimento do país



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Entre os convidados Castelar, Mansueto, Belluzzo e Rugitsky, Renan Calheiros lembra que o Senado se antecipou à crise ao adotar programa de austeridade interna

Sessão temática em Plenário confirmou ontem como a proposta de limitar gastos públicos divide opiniões. Dos quatro economistas convidados, dois apoiaram a medida e dois criticaram. Os senadores debateram os efeitos da proposta em áreas como saúde e educação, enquanto o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a ideia não pode ser vista como uma camisa de força, mas como uma exigência para atingir o equilíbrio fiscal.

À noite aconteceu a quarta sessão de discussão da proposta. Faltam mais quatro até a votação, prevista para 13 de dezembro. **4 e 5**

Juizes afirmam que não há supersalários na Justiça Federal **3**

Audiência indica falta de recursos para a ciência **7**

Texto sobre abuso de autoridade ganha urgência **3**

Projeto de fábrica da Hemobrás é falho, dizem especialistas **6**

Taxação de lucro de pessoa física recebe parecer favorável **7**

Orçamento da saúde deverá ter reforço de R\$ 9,9 bilhões em 2017

Receitas adicionais, como a de repatriação de recursos, permitiram destinar à saúde R\$9,9 bilhões a mais que o previsto pelo governo, explicou o

relator-geral do Orçamento, Eduardo Braga. A maior parte desses recursos será usada para atender emendas individuais e de bancada. **8**



Pedro França/Agência Senado

Comissão Mista de Orçamento deve votar relatório de Eduardo Braga amanhã

Renan apoia envio de verbas para estados

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou da reunião em que o Planalto aceitou destinar aos estados parte do dinheiro arrecadado com a repatriação de recursos. **3**

Tunísia, Eslováquia e Irã terão novos embaixadores

O Plenário do Senado aprovou ontem os três diplomatas escolhidos pelo governo para assumir as embaixadas brasileiras em Túnis, Bratislava e Teerã. **3**



Adriana Corrêa/Agência Senado

O presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância, José Medeiros (3º à esq.), participa da abertura do evento

Evento aponta importância de cuidar da 1ª infância

Começaram ontem no Senado as palestras da 9ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz. Segundo especialistas, crianças que são bem cuidadas desde os

primeiros dias de vida são menos propensas a se envolver em episódios de violência ao longo da vida. As palestras sobre a primeira infância continuam hoje e amanhã. **2**

Pesquisa denuncia bullying contra jovens LGBT

A Comissão de Direitos Humanos discutiu ontem pesquisa segundo a qual 73% dos adolescentes gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros já sofreram bullying nas escolas

brasileiras. A pesquisa foi feita em seis países da América do Sul. No Brasil, foram ouvidos 1.016 estudantes. Eles consideraram a escola ineficaz para evitar as agressões. **6**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Para Fátima Bezerra (C), os números alarmantes precisam ser discutidos nas escolas por professores e estudantes

Adriana Corrêa/Agência Senado



O senador Medeiros e o ministro Terra (ambos ao centro) participam da 9ª Semana de Valorização da Primeira Infância

Especialistas: negligência com bebês leva à violência

Em evento no Senado, debates disseram que governo e famílias precisam oferecer mais cuidados às crianças de até 6 anos. Ministro destacou importância do Programa Criança Feliz, recém-lançado

NA ABERTURA DA 9ª Semana de Valorização da Primeira Infância e da Cultura da Paz, ontem, no Senado, especialistas disseram que os Objetivos do Milênio propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) só serão atingidos se a sociedade compreender a importância dos cuidados com os bebês e as crianças pequenas. Segundo eles, a falta dos cuidados é uma das causas da violência que afeta o país e o mundo.

Dos oito Objetivos do Milênio estabelecidos pela ONU em 2000, três estão relacionados à primeira infância: melhoria da saúde das gestantes, redução da mortalidade infantil e educação básica de qualidade para todos.

A implementação do Marco Regulatório da Primeira Infância (Lei 13.257/2016), por meio do Programa Criança Feliz, é outro desafio a ser vencido, segundo José Medeiros (PSD-MT), presidente da

Frente Parlamentar da Primeira Infância.

— O Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida são importantes, mas o Criança Feliz é o mais importante programa na área social. Temos que ser não um programa de governo, mas sim um programa de Estado — disse o senador.

Visitas domiciliares

O Criança Feliz é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. De acordo com o ministro Osmar Terra, a implementação do programa vai requerer de governadores e prefeitos uma mudança de cultura.

Segundo ele, o programa contará com visitas domiciliares de orientação às famílias sobre a melhor forma de promover o desenvolvimento dos filhos. O objetivo é atender 4 milhões de crianças até 2018, com prioridade aos beneficiários do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada

(BPC) e àquelas em situação de vulnerabilidade social.

O pediatra e neonatologista Laurista Corrêa Filho enumerou os desafios que precisam ser enfrentados e que serão discutidos no evento, que termina amanhã: novas constituições familiares, importância do ato de brincar, influência da era digital no desenvolvimento infantil, transmissão transgeracional, mediações sociais e consequências das separações judiciais dos cônjuges.

O presidente da Academia Brasileira de Pediatria, José Martins Filho, utilizou vídeos para mostrar como se dá o desenvolvimento do cérebro humano e destacar que a interação do bebê com a mãe e cuidadores é fundamental para o desenvolvimento saudável. A criança que não recebe acalentamento, enfatizou, pode sofrer de “estresse tóxico precoce”.

— Quando a criança vai para casa [após o nascimento], nós a deixamos sozinha no quarto. O que acontece com o cérebro e as sinapses dos neurônios? Se ela logo é acalentada, aprende a lidar com o estresse. Crianças que sofrem abusos e negligência contínuos têm a resposta ao estresse continuamente ativada — disse.

Sistema imunológico

O pediatra criticou o fato de muitos hospitais não colocarem a criança junto à mãe nas primeiras horas após o nascimento. Também censurou a ida de crianças de poucos meses para creches, sendo separadas dos pais, pois a imunidade só se completa aos 2 anos de idade.

A presidente da Comissão de Valorização da Primeira Infância no Senado, Lisle Lucena, salientou que os dez anos de eventos com temas relacionados à primeira infância trouxeram uma agenda positiva para a Casa.

Palestras sobre a primeira infância continuam hoje e amanhã no Senado

As palestras da 9ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz continuam hoje e amanhã, no Senado.

Às 10h de hoje haverá uma audiência pública conjunta das Comissões de Cultura e Esporte (CE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre cuidado integral na primeira infância.

Amanhã serão realizadas dez oficinas, sobre temas como riscos para o desenvolvimento psíquico, filhos de casais gays, a responsabilidade dos pais no divórcio e a importância das brincadeiras.

O evento tem o apoio da

embaixada da França, da Universidade Descartes de Paris e da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

Participaram da abertura do evento, ontem, além de Osmar Terra, José Medeiros e Lisle Lucena, o coordenador da Secretaria-Executiva da Rede Nacional Primeira Infância, Claudius Seccon, o pediatra e assessor legislativo da Rede Nacional Primeira Infância Vital Didonet, o conselheiro da embaixada da França Alain Bourdon, o senador Waldemar Moka (PMDB-MS) e a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, entre outros.

Informações sobre o evento: <http://bit.ly/PrimeiraInfanciaPaz>

Prefeitos pedem repatriação e mudança nas regras do ISS

O presidente do Senado, Renan Calheiros, se reuniu ontem com representantes da Confederação Nacional de Municípios (CNM), que pediram a rápida apreciação do PLS 405/2016, que trata da repatriação de recursos, e do SCD 15/2015, que aumenta a lista de serviços alcançados pelo Imposto sobre Serviços (ISS).

Renan disse que ambos os projetos já foram pautados e fazem parte do calendário especial de votações do Plenário acertado com os líderes na semana passada.

Na terça-feira, será lançada a Escola de Governo do Senado Federal, em parceria com a CNM.

— Essa escola é uma ampliação dos cursos de capacitação que o ILB [Instituto Legislativo Brasileiro] já oferece para os legislativos municipais — explicou Renan.

Também participaram da reunião de Renan com a CNM os senadores Cidinho Santos (PR-MT), Lúcia Vânia (PSB-GO) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). (Da Presidência do Senado)

Comissão fará audiência pública sobre nova estrutura da EBC

Foi aprovado ontem o plano de trabalho da comissão mista da MP 744/2016, que muda a estrutura da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

A MP acabou com o Conselho Curador e deu poder ao presidente da República para destituir o chefe da EBC.

O relator, Lasier Martins

(PDT-RS), propôs a realização de três audiências públicas. A primeira será amanhã. A preocupação do senador é com o prazo para a análise da MP, que caduca em fevereiro. Ele espera que a votação ocorra em 6 de dezembro. A MP depois vai para a Câmara e para o Senado.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CI Agência reguladora**
8h30 Votação do relatório da indicação de Leonardo Euler de Moraes para a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).
- CPI DO FUTEBOL Relatório**
9h Apresentação do relatório final.
- CAS Verbas para o SUS**
9h Votação de nove projetos, como o PLC 121/2015, que regulamenta a profissão de protesista/ortesta ortopédico, e o PLS 291/2016, que destina ao SUS 70% do valor arrecadado em acordos de leniência.
- CDR Aviação regional**
9h Audiência para avaliação do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional.
- INSTITUCIONAL Primeira infância**
9h 9ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, no Auditório Petrônio Portella.
- CCJ Vaquejadas**
10h Votação de 38 projetos, incluindo o PLC 144/2015, que amplia a punição para motorista embriagado, e a PEC 50/2016, que regulariza as vaquejadas.
- CDH Adoção**
10h Votação de 23 itens, incluindo o PLS 531/2013, que dispõe sobre a diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando.
- SESSÃO TEMÁTICA Abuso de poder**
10h Primeira sessão de debate do PLS 280/2016, que define os crimes de abuso de autoridade.
- CE/CAS Primeira infância**
11h Audiência pública conjunta sobre a primeira infância.
- OBRS INACABADAS Cronograma**
11h Eleição do vice-presidente e apresentação do plano de trabalho.
- SENADO DO FUTURO Relatório**
11h30 Votação do relatório sobre a tecnologia da informação e o processo legislativo do futuro.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Votação de projetos, como o que abre novo período para repatriação de recursos mantidos irregularmente no exterior.
- AGENDA BRASIL Agências reguladoras**
14h30 A Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional analisa o PLS 52/2013, que trata das agências reguladoras.
- MP 745/2016 Papel-moeda**
14h30 Comissão vota relatório da medida provisória, que autoriza importação de papel-moeda.
- MP 746/2016 Ensino médio**
14h30 Audiência pública para debater a medida provisória, que reforma o ensino médio.
- MP 749/2016 Exportações**
15h30 Audiência pública para discutir a medida provisória, que libera R\$ 1,95 bilhão da União a estados e municípios para fomento às exportações.
- CE Órgão consultivo chinês**
16h Encontro com a delegação da Comissão da Educação, Cultura, Saúde e Esporte do Comitê Permanente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, para tratar de assuntos referentes ao sistema brasileiro de administração e serviço à cultura.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Foto: Agência Senado



O senador Renan, o presidente Temer e o deputado Maia (os três no centro) participam de reunião com os 27 governadores

Renan apoia envio de multas da repatriação aos estados

Presidente do Senado participou de reunião em que Planalto e governadores acertaram envio de valores arrecadados para cofres estaduais. Em contrapartida, estados terão que adotar programa de ajuste fiscal

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, participou ontem de uma reunião no Palácio do Planalto em que o presidente Michel Temer e os 27 governadores acertaram que vão para os cofres estaduais os valores arrecadados com as multas da repatriação de recursos mantidos irregularmente no exterior.

Trata-se de uma demanda dos governadores para ajudar no equilíbrio orçamentário dos estados.

Renan relatou que os

governadores estão preparando um documento em que assumirão o compromisso com um programa de ajuste fiscal.

— Isso é muito importante para o Brasil, porque não vamos sair desta crise se não envolvermos todos na busca de uma solução — afirmou.

Prioridades

Os governadores apresentaram ao Senado e à Câmara dos Deputados a lista dos projetos de lei que são de

interesse dos estados.

As prioridades para o Senado são, entre outros, o projeto de lei que abre um novo prazo para a repatriação (PLS 405/2016) e o que trata da securitização de dívidas (PLS 204/2016).

Os governadores pediram um tempo adicional para analisar as novas regras do Imposto sobre Serviços (ISS), razão pela qual o projeto sobre o assunto (SCD 15/2015) foi retirado da pauta de ontem do Plenário.

Não há supersalários na Justiça Federal, diz entidade

O presidente da União Nacional dos Juizes Federais (Unajuf), Eduardo Cubas, entregou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a relação de salários dos magistrados federais.

— Queremos desmistificar a questão dos supersalários. Na Justiça Federal, respeitamos o teto constitucional. Se há distorção, ela ocorre na Justiça dos estados — declarou.

Renan instalou no início do mês a Comissão Especial do Extrateto, para estudar medidas para coibir salários superiores ao teto constitucional, que hoje é de R\$ 33,8 mil, valor do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Cubas afirmou que há 28 anos o Brasil carece de uma lei

de organização da magistratura nacional e que, por esse motivo, “muitas distorções foram criadas em cada estado”. Segundo ele, “é necessário que se uniformize todo o Poder Judiciário”. Ele defendeu a atualização da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

— A lei é de 1977 e precisa ser atualizada, até porque o Ministério Público da União já tem a sua lei de organização e todas as rubricas estão previstas na lei que regula aquele órgão. Se eventuais discrepâncias ocorreram, ocorreram porque a magistratura deve ter as mesmas garantias que o MPU.

O relatório final da Comissão Especial do Extrateto deve ser votado na primeira semana de dezembro. No Plenário do

Senado, a votação deve acontecer antes de 23 de dezembro. As informações são da relatora da comissão, Kátia Abreu (PMDB-TO).

Segundo ela, muitos salários públicos que ultrapassam o teto constitucional, apesar de serem “claramente inconstitucionais”, estão respaldados por normas e leis, como uma regulamentação do Conselho Nacional de Justiça que trata do auxílio-alimentação e uma liminar do STF sobre auxílio-moradia. A senadora disse que espera a presidente do STF, Cármen Lúcia, agendar uma reunião com a Comissão do Extrateto para que se definam os pontos que o STF pode resolver por normas internas do Judiciário. (Com a Presidência do Senado)

Para presidente do Senado, caso Geddel está superado

O episódio envolvendo o chefe da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, é um fato superado, na avaliação do presidente do Senado, Renan Calheiros. Geddel foi acusado pelo ex-ministro da Cultura Marcelo Calero de tráfico de influência para obter vantagens pessoais. A Comissão de Ética da Presidência da República decidiu abrir processo para investigar a conduta do ministro.

— É fato superado. Parece que houve interpretação indevida. O bom é a convergência ser novamente construída.

Humberto afirma que Temer prevarica ao não demitir chefe da Secretaria de Governo

Humberto Costa (PT-PE) afirmou que o presidente Michel Temer prevarica ao manter no cargo o ministro Geddel Vieira Lima. Ele disse que, ao constringer ministro de outra pasta em proveito próprio, Geddel cometeu os crimes de concussão e advocacia administrativa. O líder do PT também questionou



qual seria o medo que Temer tem de Geddel.

— O presidente da República tinha pleno conhecimento do que ali se passava e nada faz. Prevarica no cumprimento de suas funções. Segura o ministro no cargo de forma desonerosa, por interesse político que ninguém sabe qual é.

Brasil terá novos embaixadores na Tunísia, no Irã e na Eslováquia

Foram aprovadas ontem pelo Plenário as indicações de três diplomatas para chefiar embaixadas brasileiras. Márcia Maro da Silva, Rodrigo de Azeredo Santos e Luis Antonio Balduino Carneiro assumirão as embaixadas na Tunísia, no Irã e na Eslováquia.

Márcia é cientista política e ingressou na carreira diplomática em 1985. Entre os cargos que assumiu no exterior, destacam-se o de embaixadora no Zimbábue, ministra-conselheira na missão do Brasil na Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington, e cônsul-adjunta em Buenos Aires.

Em sua sabatina na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), ocorrida em outubro, ela destacou a posição estratégica da Tunísia, país africano localizado na entrada do Mar Mediterrâneo, e a sua relativa estabilidade política em relação às nações vizinhas.

Márcia relatou que o processo de independência da Tunísia, concluído em 1956, teve liderança e inspiração de movimentos liberais e republicanos. Esses valores estão na fundação do Estado nacional tunisiano, o que faz do país uma experiência única naquela região do mundo.

Santos, indicado para o Irã,

é economista e cientista político. Ele iniciou a carreira no Itamaraty em 1992. Entre os cargos ocupados desde então estão o de coordenador-geral do Instituto Rio Branco e o de diretor do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos.

Aos senadores, durante sabatina, o diplomata apresentou indicadores positivos do Irã: alto nível cultural e educacional, taxa de alfabetização de 98% da população, bom Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), economia diversificada, grandes reservas de petróleo e gás natural e posição geográfica privilegiada no Oriente Médio.

Balança comercial

Aprovado para a embaixada da Eslováquia, Carneiro é economista e ingressou na carreira diplomática em 1986. Entre os cargos que ocupou, destacam-se o de primeiro-secretário na embaixada em Washington e conselheiro na embaixada em Nova Délhi. Desde 2015, é secretário de Assuntos Internacionais no Ministério da Fazenda.

Carneiro foi sabatinado pela CRE no início deste mês e destacou a importância de o Brasil estreitar os laços comerciais com a Eslováquia, que ele admite serem até o momento pequenos e deficitários.

Projeto do abuso de autoridade ganha urgência e vai ao Plenário

Ganhou urgência o projeto que modifica a lei de abuso de autoridade. Os senadores aprovaram ontem um requerimento para a tramitação mais rápida do texto. O PLS 280/2016, de Renan Calheiros (PMDB-AL), estava na Comissão da Consolidação da Legislação Federal e da Regulamentação da Constituição. Com o pedido aprovado, será votado no Plenário.

Ao justificar o projeto, Renan

afirmou que a Lei 4.898/1965, que trata de abuso de autoridade, está defasada. Para ele, é preciso reformulá-la, para proteger os direitos e garantias previstos na Constituição.

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e Lasier Martins (PDT-RS) manifestaram a preocupação de que as mudanças possam atrapalhar a Lava Jato. O relator, Roberto Requião (PMDB-PR), afirmou que o texto não prejudica a Lava Jato.

Malta anuncia PEC para reduzir teto salarial dos 3 Poderes para R\$ 15 mil

Magno Malta (PR-ES) informou ontem que protocolou uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para reduzir o teto salarial dos Três Poderes de R\$ 33 mil para R\$ 15 mil mensais. Considerou que esse gesto é uma forma de participar do momento mais difícil da vida brasileira, com um contingente de 22 milhões de desempregados.



Ele agradeceu os senadores que o apoiaram, viabilizando as 27 assinaturas para a apresentação da PEC.

— Não vamos morrer de fome. O valor de R\$ 15 mil baixa bem, mas ainda é muito dinheiro se analisarmos a situação de quem ganha R\$ 800 ou está desempregado, paga aluguel ou vê sua casa do Minha Casa, Minha Vida ir para o bebeléu.

Teto de gastos divide senadores e economistas

Especialistas participaram de sessão temática para debater a proposta, que ontem passou pela 4ª sessão de discussão em Plenário. Votação em 1º turno está prevista para terça-feira

O SENADO FEZ ontem uma sessão temática de debates sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2016, que limita os gastos públicos por 20 anos. Com quase quatro horas de duração, a sessão reuniu especialistas no tema. O professor e economista Luiz Gonzaga

Belluzzo, o professor do Departamento de Economia da USP Fernando Rugitsky, o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Facundo de Almeida Junior, e o professor Armando Castelar, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas,

se dividiram em relação à proposta, que também é foco de divergência entre os parlamentares.

Na quarta sessão de discussão da PEC em Plenário, feita ontem após a sessão temática, senadores voltaram a defender suas posições, contra e a favor da medida.

A PEC passará por mais uma sessão de discussão antes da votação em primeiro turno. Depois serão mais três sessões de discussão em segundo turno. A expectativa é de que a PEC seja votada em primeiro turno na terça-feira e em segundo turno no dia 13 de dezembro.

Renan diz que proposta estimulará crescimento econômico

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse, ao abrir a sessão temática que debateu a PEC do Teto de Gastos, que é necessária “uma saída para a enrascada em que se meteram as contas públicas”.

— Para quem ainda não se convenceu da premência das medidas a serem tomadas e que estão, na sua grande maioria, contempladas na PEC 55, basta lembrar que, entre 1997 e 2015, o Orçamento do governo cresceu 864%, tendo como consequência um déficit primário de R\$ 170 bilhões, como todos sabem, o maior já registrado no Brasil — afirmou Renan.

Para o senador, a população não pode pagar o preço pela crise na economia com aumento de impostos. A definição de teto para os gastos públicos, disse ele, é uma das medidas a serem adotadas para a volta do crescimento do país. Renan destacou que o Senado vem apresentando propostas nesse sentido, como a repatriação de recursos.

— Quando da desesperada tentativa de recriar a CPMF [Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira], dissemos a todos os interlocutores do Executivo: “Olha, se fizermos uma regra de repatriação que garanta a segurança jurídica, nós vamos ter, com essa repatriação, dez CPMFs” — disse.

O presidente do Senado lamentou que a medida tenha

rendido aos cofres da União valor abaixo do esperado — o governo arrecadou R\$ 46,8 bilhões, segundo a Receita Federal. Para Renan, isso ocorreu porque o processo de regularização dos recursos demorou um ano e meio para começar a valer. O atraso, explicou, deveu-se ao pedido da então presidente da República, Dilma Rousseff, para que a proposta começasse a tramitar pela Câmara.

Renan disse que, em razão disso, deve apresentar ainda nesta semana a segunda versão da repatriação, com mais segurança jurídica, para que sejam obtidos melhores resultados.

Austeridade

O senador enfatizou que o momento é de “parcimônia” e que a PEC 55 “traça caminhos por onde devem trilhar doravante as contas públicas, levando-se em conta que não é possível gastar mais do que se ganha”. Ele disse que o Senado, antecipando-se à crise, dentro de um planejamento estratégico, adotou programa de austeridade interna e cortou custos.

— O Senado foi responsável por uma economia de mais de R\$ 700 milhões nos últimos quatro anos, resultado de ações de combate ao desperdício, do fim de privilégios, do corte de funções gratificadas, de revisão de contratos e racionalização administrativa — disse

Renan destacou que, desde outubro de 2013, os “supersalários” da Casa foram extintos e nenhum servidor recebe acima do teto constitucional. Ele acrescentou que essa medida será estendida a todos os Poderes, de acordo com trabalho da comissão especial de senadores criada para acabar com o extrateto.

— Nós vamos continuar combatendo o gasto público e os supersalários em todos os Poderes, não apenas no Judiciário ou no Ministério Público, como tentam dizer, afunilando uma ação do Senado que se pretende universal — afirmou Renan.

O presidente do Senado prevê que, caso a trajetória explosiva da dívida pública não seja contida, o Brasil sofrerá com maior debilidade da economia, decréscimo dos investimentos e consequente dificuldade de recuperação do crescimento.

Para permitir, a volta do desenvolvimento, Renan entende que é preciso ir além da limitação de gastos.

— Além do estabelecimento das novas diretrizes para a questão fiscal, tal como prevê a PEC 55, o Congresso tem se debruçado na análise de propostas de outras reformas que permitirão a recuperação do crescimento econômico e a consequente redução das taxas de juros e do desemprego — disse Renan.

Entre os pontos polêmicos debatidos em Plenário, está o efeito da PEC na saúde e na educação

Na sessão temática, os senadores debateram a eficácia das medidas da PEC do Teto de Gastos. Para os que apoiam a proposta, trata-se de uma iniciativa necessária para restabelecer a confiança na economia e retomar o crescimento. Para os críticos, a PEC seria, mais do que um remédio amargo, um equívoco.

Lindbergh Farias (PT-RJ), autor do pedido para realização da sessão temática, disse ter medo de a PEC provocar uma convulsão social. Segundo o senador, o corte de despesas proposto pelo governo Temer, especialmente sobre a saúde e a educação, pode desencadear o problema.

Para Gleisi Hoffmann (PT-PR), o principal é que o diagnóstico da crise e o remédio proposto estão errados.

— Foi proposto um remédio, que é uma reforma estrutural, para um problema conjuntural, que é a crise — avaliou a senadora.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu um referendo popular após a votação da PEC para decidir se as medidas de

contenção de gastos deverão ser ou não implementadas. A ideia do referendo tem apoio de Lídice da Mata (PSB-BA). Para a senadora, a constitucionalização de medidas do ajuste fiscal fere a democracia, pois tira dos cidadãos a possibilidade de debater outras saídas para a crise com os candidatos nas próximas cinco eleições. Lídice acredita que a PEC promoverá o rompimento do pacto social estabelecido por meio da Constituição de 1988.

Regina Sousa (PT-PI) questionou o conceito do “patamar mínimo” para os gastos na saúde e na educação. A senadora frisou que, ainda que o país cresça, os gastos não podem subir acima da inflação. Segundo ela, essa situação obrigará o poder público a avançar sobre o orçamento das despesas primárias.

— O engessamento é só de despesa que diz respeito a pobre, porque quem precisa de saúde e educação públicas é pobre. Então, os pobres pagam a conta. Para Fátima Bezerra (PT-RN), “a PEC é

fruto do golpe parlamentar e da ruptura democrática resultantes do impeachment de Dilma Rousseff”. A senadora disse duvidar que a proposta fosse apresentada por candidato a presidente da República.

Apoio

Para José Aníbal (PSDB-SP), Dilma deixou o país quebrado e agora só há duas opções: ou se aprova a limitação dos gastos ou o país vai cair no precipício. Mesmo com essa medida, o senador afirmou que 2017 será apenas “um pouquinho melhor” do que este ano.

Segundo ele, o Orçamento de 2017 já foi feito com base nos limites previstos na PEC e destina mais recursos para educação e saúde. Para a saúde, serão R\$ 10 bilhões a mais do que o total realizado este ano, mais os 7% da inflação.

Para Cristovam Buarque (PPS-DF), se as contas públicas não forem ajustadas, os servidores e os aposentados poderão não receber salários. O senador disse que vai votar a favor por defender a educação.

— A PEC vai permitir saber quem é a favor da educação. Não vai bastar querer mais dinheiro para educação. Vai ter que dizer de onde tira. Quem for capaz de dizer: “Este ano não é possível fazer estrada, vai fazer escola”.

Na avaliação de José Medeiros (PSD-MT) os aliados dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff passaram a “odiar” os banqueiros, “coisa que não se via há seis meses atrás”.

— Mas esse ódio teve um hiato. Em 13 anos não vi uma palavra contra os banqueiros. A grande verdade é que estamos quebrados e ainda tem gente que diz que a gente tem que gastar mais.

O senador observou que os críticos da PEC atribuem a deterioração da contas públicas à taxa de juros e acreditam que a redução dos juros diminuiria os valores repassados para o pagamento da dívida pública. O que ocorre, no entendimento dele, é o oposto: o elevado gasto público gera aumento de inflação e de juros, deteriorando as contas públicas.



Renan destaca que Congresso deve votar também outras reformas para ajudar país

Problema foi a queda nas receitas, avalia Rugitsky

A crise fiscal é fruto da desaceleração econômica e de desonerações praticadas nos últimos anos, que causaram uma queda na arrecadação, e não de um suposto “descontrole” nos gastos públicos, afirmou na sessão temática o economista Fernando Rugitsky, da Universidade de São Paulo (USP).

Rugitsky mostrou que entre 1996 e 2011 a economia brasileira produziu superávits primários sistemáticos entre 2,5% e 3% do PIB. Essa relação começa a declinar a partir de 2012, como consequência da desaceleração.

Os dados indicam que não houve descontrole de gastos durante o primeiro mandato de Dilma, quando eles aumentaram a uma



PEC é recessiva e aprofundará desigualdades, diz Rugitsky

Belluzzo pede “olhar humano” para solucionar a crise

O economista Luiz Gonzaga Belluzzo, da Universidade de Campinas (Unicamp), afirmou na sessão sobre a PEC 55 que o país e o Senado poderiam estudar outras opções para superar a crise econômica.

Uma delas, avalia, seria recorrer à participação brasileira no Banco dos Brics, por meio da emissão de debêntures condicionada a investimentos produtivos. A instituição está aberta a negociações, disse.

Na avaliação do economista, a crise fiscal seria consequência, entre outras razões, da adoção de políticas recessivas a partir de 2015, além de desonerações equivocadas nos anos anteriores. Ele disse não ver consistência na tese de que uma suposta retomada da confiança



Para Belluzzo, o país e o Senado deveriam avaliar outras opções

Medida chega à quarta sessão de discussão no Senado sem consenso entre os parlamentares

Na quarta sessão de discussão sobre a PEC 55/2016, ontem, senadores da oposição voltaram a se posicionar contra a proposta. Para eles, ao limitar os gastos primários, a PEC atingirá justamente a parcela mais pobre da sociedade.

Jorge Viana (PT-AC) classificou a proposta como um remédio que “agrava a situação do paciente, piorando o desemprego, a insegurança e a recessão”. Ele disse que a medida põe em risco o orçamento da saúde e da seguridade social e vai piorar a situação do povo. Para o senador, a superação da crise requer entendimento nacional para preservação dos empregos e das conquistas sociais.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu a reforma tributária como forma de superar a crise. Para a senadora, o país deveria aproveitar a oportunidade para deixar de tributar o trabalho, passando a tributar a riqueza e a renda. Ela pediu mais taxação sobre os bancos.

Kátia Abreu (PMDB-TO) também defendeu a reforma tributária. Conforme a senadora, do governo de Lula para o de Dilma os incentivos fiscais e as desonerações dadas ao empresariado aumentaram um ponto percentual. Se esse mesmo ponto percentual dado nos últimos quatro anos fosse reduzido, o país economizaria entre R\$ 60 bilhões e R\$ 70 bilhões por ano.

Para Lindbergh Farias (PT-RJ), só há um caminho para a retomada do crescimento: o governo lançar um plano de obras e de investimentos públicos e ampliar gastos sociais. Ele citou estudo do Ipea segundo o qual, em período de recessão, o aumento de 1% do PIB em benefícios sociais impacta 1,5% a mais de crescimento, e a ampliação de 1% em investimentos e obras impacta 1,6%.

— Essa PEC 55 acontecer neste momento em que a economia está em profunda depressão é uma loucura — criticou o senador, propondo pacto suprapartidário por crescimento e geração de empregos. Gleisi Hoffmann (PT-PR) listou propostas em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que serviriam como opção à PEC. O duplo mandato do Banco Central (cuidar da inflação e do emprego), a cobrança de IR sobre lucros e dividendos, a regulamentação da taxa de juros, o fim da isenção do lucro sobre capital próprio e até a redução dos salários e o fim do plano de saúde vitalício para senadores foram alguns dos projetos mencionados por ela. Se aprovados, disse a senadora, ajudariam o país a se recuperar.

— Não queremos austeridade para a população? Começemos por esta Casa. Para Fátima Bezerra (PT-RN), não é verdade que a PEC não afetará a educação. Ela disse que, se o regime fiscal proposto estivesse em vigor entre 2006

e 2015, mais de R\$ 320 bilhões teriam sido drenados da educação para o pagamento de juros da dívida pública. **Defesa** Ana Amélia (PP-RS) defendeu a PEC e declarou que os governos de Lula e Dilma nunca estiveram de fato preocupados com a educação. Em 2015, ano da “pátria educadora”, o Ministério da Educação teve cortes R\$ 10,5 bilhões, 10% de orçamento, disse. A senadora ressaltou que é preciso tratar o dinheiro público com competência e responsabilidade.

José Medeiros (PSD-MT) leu artigo em que o economista Ricardo Amorim defende a proposta e sustenta que a PEC, na verdade, protege os mais pobres. Isso porque, segundo o artigo, não requer corte em nenhum gasto social e, ao reduzir as preocupações com a solvência do setor público brasileiro, colabora para o crescimento dos investimentos.

Para Castelar, Brasil tem “janela” para equilíbrio fiscal

Ao defender a PEC do Teto de Gastos, o economista Armando Castelar, coordenador do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), disse que o país deve aproveitar a possibilidade de financiamento externo ainda em condições vantajosas.

Para ele, a situação favorável de investimentos externos pode mudar após a posse de Donald Trump na Presidência dos Estados Unidos.

— A janela de oportunidade pode estar se fechando. Pode ser que, já no começo do ano que vem, a situação fique complicada, as taxas de juros subam e o espaço para uma solução se feche. E aí a gente vai ter perdido uma oportunidade de fazer uma mudança gradual e colher benefícios antecipadamente — disse. Para o economista, é urgente a redução do gasto público, que cresceu de forma acelerada nos últimos cinco anos, período de queda do PIB e queda de arrecadação.



Para economista, situação pode mudar com a posse de Trump

Ajuste é urgente e será gradual, defende Mansueto

Para o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto de Almeida, a PEC faz um ajuste fiscal gradual, preserva direitos e assegura recursos para saúde e educação.

Ele considera urgente a aprovação do texto para que o país recupere a confiança do setor produtivo e a economia volte a crescer. Segundo o economista, é o momento tanto dos economistas quanto dos homens públicos terem um “olhar humano”, em virtude do aumento brutal do desemprego que vem afetando trabalhadores e prestadores de serviços, inclusive de alta renda.



Em 10 anos, contas do país devem estar equilibradas, diz Mansueto

— O Brasil passa por queda de crescimento que não é algo normal. São dois anos consecutivos de queda do PIB. Isso só aconteceu em 1930 e 1931, com uma economia cafeeira e crise mundial. Ele destacou como agravado o crescimento rápido da dívida pública em relação ao PIB. Há três anos, afirmou, o nível de

em dez anos, nós conseguiremos o ajuste fiscal e, a partir do décimo ano, o presidente poderá submeter ao Congresso uma nova regra — afirmou.

Ele assegurou que a PEC não reduzirá recursos da saúde e da educação. Segundo ele, 80% dos gastos com educação estariam fora da proposta.



Fátima Bezerra (C), que presidiu a audiência, disse que o resultado da pesquisa precisa ser conhecido pelas escolas

Pesquisa revela violência contra jovens LGBT no país

Feita em seis países sul-americanos, a pesquisa aponta que 73% dos adolescentes brasileiros gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros sofrem bullying e 27% já sofreram agressão física nas escolas

PESQUISA COM ADOLESCENTES brasileiros gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros mostra que 73% sofrem bullying e 27% já apanharam na escola. Os números foram apresentados ontem em audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A pesquisa foi feita de janeiro a março por organizações não governamentais em seis países da América do Sul: Argentina, Brasil, Peru, Colômbia, Uruguai e Chile. Os resultados podem ajudar os governos em políticas que melhorem o ambiente escolar.

No Brasil, foram ouvidos 1.016 estudantes de 13 a 21 anos: 60% disseram se sentir inseguros na escola, 73% foram agredidos verbalmente, 48% ouviram comentários homofóbicos e 27% foram agredidos

fisicamente. Já 36% acharam a escola ineficaz para evitar agressões.

Para o coordenador da pesquisa no Brasil e secretário de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, Toni Reis, os dados são alarmantes e é preciso criar políticas públicas que minimizem os problemas.

Fátima Bezerra (PT-RN) considerou muito importante que os professores de toda a rede de ensino pública e privada conheçam a pesquisa.

— As informações precisam chegar às escolas, precisamos acabar com a intolerância e o ódio no Brasil, principalmente neste momento de ataques à democracia — afirmou.

Ela acrescentou que iniciativas como o Projeto Escola Sem Partido, apelidado de

Lei da Mordaça, só incentiva a intolerância. Na avaliação da senadora, não se pode aprovar leis que “ataquem os direitos humanos, tirem a liberdade de expressão dos professores e caem o censo crítico dos estudantes”.

Participaram do debate a coordenadora-geral do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos Humanos da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, Kátia Guimarães; o diretor de Políticas de Educação em Direitos Humanos do Ministério da Educação, Daniel de Aquino; o presidente da Fundación Todo Mejora, o chileno Julio Dantas, coordenador internacional da pesquisa; e a oficial de projetos de setor de educação da Unesco, Mariana Braga.

Especialistas pedem mais recursos para ensino médio

A comissão mista que discute a medida provisória que reforma o ensino médio (MP 746/2016) promoveu ontem audiência pública para discutir o tema com secretários estaduais de educação e professores.

A MP torna optativas as disciplinas de artes, educação física, filosofia e sociologia. Também prevê ampliar de 800 para 1.400 horas a carga mínima anual do ensino médio.

Especialistas em educação argumentaram que os recursos do Fundo Nacional de

Educação Básica (Fundeb) são insuficientes para custear a reforma e sugeriram que o Executivo aponte outros mecanismos de financiamento.

— O financiamento garantirá adesão e celeridade no processo de implantação da reforma nos estados. Do contrário, o prazo de implantação será bem mais extenso — sustentou o secretário de Educação de Pernambuco e presidente Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Frederico Amancio.

Para o senador licenciado e atual secretário de Educação da Bahia, Walter Pinheiro, é preciso levar em conta a situação de cada estado. Para ele, mais do que recursos, é preciso “reestimar” o ensino médio.

Para Fátima Bezerra (PT-RN), a medida é equivocada.

A comissão deverá se reunir para votar o parecer do relator, Pedro Chaves (PSC-MS), na quinta-feira da semana que vem. O colegiado deverá ouvir antes o ministro da Educação, Mendonça Filho.

Audiência aponta falhas em projeto de fábrica da Hemobrás

O presidente da Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular, Dimas Covas, criticou ontem no Senado o projeto de uma fábrica da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás) que está sendo construída em Goiana (PE).

Em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o médico disse que a fábrica foi planejada a revelia dos especialistas do setor.

— A matéria-prima que a Hemobrás utiliza é 60% gerada no Sudeste, e [a fábrica] foi construída no Nordeste. Isso criou inúmeros problemas de logística e qualidade — disse.

De acordo com ele, a

estrutura de 43 mil metros quadrados é muito grande para a produção anual de 500 mil litros de plasma, quando comparada a outras no mundo.

O senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), que presidiu o debate, lamentou que a fábrica esteja com excesso de de plasma nas câmaras de resfriamento, com risco de expiração da validade sem distribuição ao SUS.

O presidente da Hemobrás, Oswaldo Castilho, informou que mais de R\$ 1 bilhão já foi investido na planta, que tem 70% do projeto executado e 60% dos equipamentos adquiridos. A construção está parada desde 2015, quando foi deflagrada a Operação Pulso, da Polícia Federal.



Caiado (3º à esq.) recebe a perda de hemoderivados que estão na fábrica

Comissão vota hoje autorização para BC importar papel-moeda

A medida provisória (MP) que trata da importação de material para confecção de cédulas e moedas pelo Banco Central deve ser votada hoje pela comissão mista encarregada da proposta. O relatório do deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG) foi apresentado ontem e busca deixar mais claras as regras para essa permissão.

A MP 745/2016 autoriza o Banco Central a comprar sem licitação papel-moeda e moeda metálica fora do país. O governo diz que o BC tem enfrentado dificuldade por causa de limitações técnicas da Casa da Moeda. Segundo o banco, há incerteza quanto ao atendimento de 27% do Programa Anual de Produção de Cédulas de 2016.

O relator concordou que é preciso alternativas para evitar situações de contingência como as dos últimos anos. Além das mudanças já trazidas pela MP, Quintão propôs outras regras.

Ele prevê que a situação emergencial se caracterize quando houver atraso de 15% nas quantidades contratadas que tornem inviável o atendimento da demanda. Outra regra estabelece que o BC envie à Casa da Moeda, até 31 de julho de cada ano, um plano anual de produção.

— Queremos dar condições para a Casa da Moeda se planejar e dar conta da demanda, evitando a banalização da possibilidade de contratar fornecedores estrangeiros sem licitação.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Diretor-adjunto: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



Pedro Franco/Agência Senado

Audiência presidida por Lasier Martins (C) criticou burocracia e irregularidade no orçamento do setor científico

Especialistas: ciência sofre com falta de recursos

Debate mostra que país é capaz de responder com êxito, como na relação do vírus Zika com casos de microcefalia, se houver verbas e menos travas

A FALTA DE recursos e a burocracia emperram a pesquisa científica no Brasil, afirmaram ontem os participantes de audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). O objetivo foi discutir as fontes de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico.

O presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Mario Borges, destacou a boa qualidade da pesquisa científica no país. Ressaltou o quanto os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) são importantes para desenvolver os programas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I). Para exemplificar, citou os estudos sobre o vírus Zika, responsável por uma grave epidemia que afetou todo o país no ano passado. Foram pesquisadores brasileiros que conseguiram estabelecer a ligação entre a infecção pelo Zika e a microcefalia.

— Isso mostra que a ciência brasileira está programada para agir rapidamente se algum problema aparece. Em um ano, as pesquisas foram concentradas, houve recursos, houve priorização, e a ciência pôde dar respostas importantes.

O que se conhece da doença e até testes para detecção do vírus foram elaborados a partir desses estudos, em parceria com a Fundação Bill e Melinda Gates. Borges salientou a necessidade de facilitar as parcerias internacionais para qualificar a pesquisa brasileira e trazer resultados rápidos.

O presidente do CNPq lamentou a “instabilidade” nos repasses para o setor, especialmente com a retirada do CT-Petro, recursos arrecadados do setor de exploração

de petróleo, do FNDCT, e que estão sendo destinados para o fundo social do pré-sal. O fluxo irregular de recursos orçamentários é mortal para a ciência, porque leva à descontinuidade nos programas científicos e ao desperdício de dinheiro. Ele também criticou o alto gasto despendido — também com dinheiro do fundo — no Programa Ciência sem Fronteiras, com a alocação de alunos para cursos de graduação no exterior. Pediu, ainda, que seja regulamentado o marco legal para C&T (Lei 13.243/2016) e que o Congresso derrube os vetos impostos ao texto.

Conhecimento

O presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Marcos Cintra, afirmou que o Brasil, apesar de todos os problemas, ocupa o 15º lugar no ranking de produção de conhecimento científico no mundo. Uma “colocação honrosa”, classificou, quando se vê o produto interno bruto (PIB). Do total de 1,24% do PIB gasto com ciência e tecnologia no país, 0,8% são provenientes do setor público, e somente 0,44% do setor privado. No seu entendimento, essa proporção precisava ser invertida.

— Para cada R\$ 2 gastos pelo setor público, o país tem obtido R\$ 1 do privado. Não estamos sendo capazes de motivar, deflagrar os gastos privados. Nos outros países a relação é inversa.

Cintra criticou o contingenciamento de recursos do FNDCT, já que a arrecadação é específica. Disse que há R\$ 8 bilhões do fundo sem aplicação, por estarem envolvidos em disputas judiciais. E há risco de o Executivo utilizá-lo para pagamentos de juros da dívida, complementou. Manobra semelhante já foi feita pelo governo federal em 2002, 2003, 2008 e 2010, observou o presidente da Finep. Por isso, sugeriu que se transforme o FNDCT em um fundo contábil,

não patrimonial ou financeiro, como é hoje.

— É a quinta rubrica da administração pública na contribuição para o superávit primário, uma total descaracterização de sua finalidade — lamentou.

O uso impróprio do fundo também foi criticado pelo presidente do Conselho Técnico-Administrativo da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fapesp), Carlos Américo Pacheco. Na opinião dele, o colapso do financiamento do setor tem a ver com usos equivocados desses recursos. Com isso, novas pesquisas têm sido inviabilizadas.

— É uma bomba de efeito retardado que estoura lá na frente.

Recursos

De acordo com o representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Jailson Bittencourt, a queda orçamentária tem sido brutal nos últimos anos. Em 2011, o Orçamento da União reservou, do FNDCT, R\$ 2,1 bilhões, e quase a totalidade realmente esteve disponível (R\$ 1,9 bilhão) para a pesquisa. Em 2013, pico arrecadatório da série, destinou-se R\$ 3,7 bilhões, com real disponibilidade orçamentária de R\$ 3 bilhões. No entanto, em 2016 o Orçamento autorizou o uso de R\$ 2,6 bilhões, mas apenas R\$ 800 milhões ficaram disponíveis para gastos, o que está sufocando a pesquisa.

— É um sistema ciclotímico, em que temos picos e vales. O risco agora é que esse seja o vale da morte — lamentou.

A audiência foi a quinta, organizada pela CCT, relacionada aos investimentos no desenvolvimento científico e tecnológico e ao uso dos recursos dos fundos de incentivo à pesquisa, em especial o FNDCT e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel).

Relator é favorável à taxa de lucros recebidos por pessoa física

Jorge Viana (PT-AC) apresentou ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), relatório com voto favorável à volta da cobrança de Imposto de Renda (IR) sobre lucros ou dividendos pagos pelas empresas a pessoas físicas. Essa taxa foi abolida em 1995 pela Lei 9.249, que trata do IR das pessoas jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A proposta voltará à pauta da CAE na terça-feira.

O senador apresentou um texto substitutivo a três projetos sobre o tema, que tramitam em conjunto (PLSs 588, 616 e 639, todos de 2015), respectivamente de Lindbergh Farias (PT-RJ), Marcelo Crivella (PRB-RJ) — licenciado — e Otto Alencar (PSD-BA).

Pelo substitutivo, os lucros ou dividendos pagos pelas empresas a sócios estarão sujeitos à alíquota de 15% do IR, retido na fonte. Esse imposto será considerado antecipação, e o valor recebido pela pessoa física integrará a base de cálculo do IR na declaração anual. O texto mantém isenção do IR a valores pagos como lucros ou dividendos a sócio de micro ou pequena empresa optante pelo Simples.

Viana considerou o fim da isenção “o primeiro passo” para uma reforma tributária. Em 2013, conforme o relator, mais de R\$ 231 bilhões foram pagos a título de lucros e dividendos. Especialistas citados pelo senador calcularam, com a medida, uma receita adicional para o governo entre R\$ 59 bilhões e R\$ 63,6 bilhões.

O relator previu “efeito positivo” para todos os entes federativos com a aprovação da medida, porque a Constituição determina à União a entrega de 49% da arrecadação do IR a estados e municípios e a fundos constitucionais.

Na mesma reunião, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) apresentou relatório favorável a projeto que extingue gradualmente a dedução dos juros sobre o capital próprio na apuração do IR da Pessoa Jurídica e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (PLS 45/2016).

Na opinião da autora, Gleisi Hoffmann (PT-PR), a dedução dos juros sobre capital próprio é um privilégio fiscal que desconsidera que o titular, sócio ou acionista já é remunerado pela apropriação dos lucros e dividendos da atividade empresarial.

Comissão inicia debate sobre projetos que limitam juros

As propostas que limitam as taxas de juros cobradas por bancos e financeiras no país começaram a ser discutidas ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Três projetos vão voltar a ser debatidos na terça-feira, próxima reunião da CAE, devido ao pedido de vista coletiva.

Um dos alvos são os juros dos cartões de crédito que, conforme pesquisas citadas por alguns senadores, chegam a 480% ao ano. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 407/2016, de Ivo Cassol (PP-RO), limita essas taxas a duas vezes a remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), referência para o custo de captação dos bancos.

Como o CDI se mantém próximo à taxa básica da economia (Selic) e está em 14% ao ano, neste mês, os juros cobrados pelos cartões deveriam estar limitados a 28% ao ano, “o que ainda permitiria aos bancos emprestadores manter níveis de lucratividade atraentes”, conforme o relator, Lindbergh Farias (PT-RJ).

Durante a discussão, Cassol informou que teve seus cartões de crédito suspensos após a apresentação do projeto e de discurso em Plenário

cobrando a regulamentação. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) sugeriu investigar o assunto, por considerar crime essa possível retaliação.

As demais modalidades de empréstimos também estão na mira dos integrantes da CAE. Emenda do relator, Lindbergh, ao PLS 413/2016, de Gleisi Hoffmann (PT-PR), prevê que, nas operações de crédito com garantia real, os juros ficariam limitados a no máximo duas vezes a taxa Selic anualizada, vigente no dia da assinatura do contrato. Nas demais operações, as taxas limitam-se a quatro vezes a Selic, no máximo.

Um terceiro projeto, o PLS 412/2016, de Reguffe (sem partido-DF), obriga o Comitê de Política Monetária (Copom) a limitar trimestralmente os juros e outras taxas cobradas de pessoas físicas e jurídicas. Também relator dessa proposta, Lindbergh apresentou emenda estabelecendo no projeto de Reguffe limites semelhantes ao que propôs para o projeto de Gleisi. Caberia ao Copom fazer essa avaliação trimestral.

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) pediu vista porque quer discutir a proposta de Reguffe.

Saúde pode ganhar mais R\$ 9,9 bilhões em 2017

Relatório preliminar do Orçamento prevê reforço na área com R\$ 6,7 bilhões por meio de emendas individuais e de bancada e R\$ 3,2 bilhões para atender a PEC do Teto de Gastos

O RELATOR-GERAL DO Orçamento, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), anunciou ontem aumento de recursos de R\$ 9,9 bilhões para a área da saúde em 2017, em relação aos valores previstos na proposta orçamentária encaminhada pelo governo ao Congresso em agosto. Com o reforço, o Ministério da Saúde passa a contar com orçamento de R\$ 115,59 bilhões para 2017.

Braga entregou o relatório preliminar do Orçamento à Comissão Mista de Orçamento (CMO) na noite de segunda-feira. Deputados e senadores já podem apresentar emendas ao relatório, que deve ser votado na comissão amanhã.

Dos R\$ 9,9 bilhões a mais para a saúde, R\$ 6,7 bilhões são recursos para emendas de bancada e individuais impositivas, que já estão contemplados no relatório preliminar. O relator explicou que o aporte adicional, estimado em R\$ 3,2 bilhões, será necessário para atender imposição da PEC do Teto dos Gastos (PEC 55/2016) em relação aos gastos na área.

Pela legislação atual, em 2016 teriam que ser investidos na saúde 13,2% da receita corrente líquida (RCL) e o percentual iria aumentando a cada ano, até chegar a 15% em 2020. No relatório da Câmara à PEC 55, o percentual

foi antecipado para 2017, mas estabelecendo que a partir de agora a correção anual seguirá a inflação do ano anterior.

Recursos novos

Braga explicou que o relatório preliminar está distribuindo, para atendimento de emendas pelos relatores setoriais, recursos que chegam a R\$ 17,82 bilhões, do total de R\$ 29,7 bilhões para novas despesas. São verbas derivadas de três fontes, entre elas a reestimativa da receita orçamentária aprovada pela CMO.

Ao recalculer as receitas, o relatório indicou arrecadação líquida adicional de R\$ 10,1 bilhões em virtude da reabertura do prazo para repatriação de recursos do exterior. O Senado debate projeto de nova etapa de repatriação (PLS 405/2016).

Outros R\$ 6 bilhões derivam do corte de subvenções previstas no projeto do Orçamento. A maior parcela, porém, são receitas já previstas: R\$ 13,6 bilhões compõem a chamada reserva de contingência, como parte da previsão para dar cobertura a emendas.

Braga indicou todas as áreas que estão recebendo dotações da distribuição inicial de R\$ 17,82 bilhões para os relatores setoriais. Depois da saúde, com R\$ 6,7 bilhões, estão as áreas de desenvolvimento



Relator-geral do Orçamento, Eduardo Braga explica em entrevista detalhes do parecer que deve ser votado amanhã

urbano (R\$ 2,5 bilhões), integração nacional (R\$ 2,05 bilhões), transportes (R\$ 1,24 bilhão) e educação e cultura (R\$ 1,23 bilhão).

Ainda há previsão de transferência adicional de R\$ 1,2 bilhão, que seria parcela para emendas de bancadas que não se enquadram entre as impositivas. O relator-geral contará com R\$ 9,7 bilhões para ajustes finais.

Braga antecipou parte dos compromissos que precisará atender com a reserva à disposição do relator-geral. Entre eles, o Fundo de Apoio às Exportações (FEX), que serve para compensar estados e municípios por isenções do ICMS sobre vendas ao exterior, em substituição à Lei Kandir.

O governo também solicitou verbas para assegurar a continuidade do Censo Agropecuario em 2017, com despesas estimadas em R\$ 500 milhões.

Não há previsão de recursos adicionais para o Fundo Partidário, afirmou Braga.

Alterações

A distribuição de recursos entre os setores ainda poderá ser alterada, disse, em função de remanejamentos previstos no texto do próprio relatório preliminar. O relatório preliminar, por exemplo, prevê que os relatores poderão remanejar até 20% das dotações na área.

Braga disse ainda que teve dificuldades para avançar com o relatório, pois até um mês antes estava sendo obrigado

a cortar R\$ 15 bilhões no teto de despesas. Nos últimos dias, contudo, recebeu a notícia sobre o aumento do teto de gastos global para 2017, que foi ampliado pelo governo.

Também houve a previsão das receitas adicionais da repatriação e o corte de R\$ 6 bilhões de subvenções. Com isso, disse, o corte final foi reduzido para R\$ 6 bilhões, abaixo da média dos anos anteriores.

Braga observou que, pelas regras de tramitação do Orçamento, o Comitê de Receitas da CMO poderá fazer nova revisão dos valores após aprovação dos relatórios setoriais.

A previsão é que o relatório final seja votado em Plenário em 15 de dezembro.

TCU explica irregularidades em obras paralisadas

A situação das obras consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas da União (TCU) foi discutida ontem pelo Comitê de Obras Irregulares da Comissão Mista de Orçamento (CMO). O comitê ouviu representantes do TCU, da Petrobras e dos governos da Bahia e de Alagoas sobre a situação de obras paralisadas por irregularidades. Entre elas, a construção de corredores de ônibus de Salvador e do Canal do Sertão em Alagoas.

Quando o TCU considera uma obra irregular e comunica o fato à Comissão de Orçamento, o empreendimento fica impedido de receber recursos. Mas a decisão final sobre a liberação é do Congresso.

O auditor do TCU Rafael Esteves explica as irregularidades na obra do Canal do Sertão, que recebe recursos do Ministério da Integração Nacional.

— O dano potencial que o TCU apurou é de R\$ 48 milhões, cerca de 10% do valor inicial do contrato. Esse valor atualizado aos dias de hoje, de sobrepreço, seria em torno de R\$ 74 milhões e o valor atualizado do contrato, em torno de R\$ 690 milhões — disse.



Telmário (C) coordena reunião com auditores do TCU e representante do Dnit

Algumas obras não estão com a situação de irregularidade caracterizada em definitivo, mas a existência de discrepâncias tem levado o TCU a recomendar a suspensão dos repasses. É o caso da construção dos corredores de ônibus de Salvador.

Segundo o auditor do TCU Bruno Martinello, o sobrepreço na obra chega a R\$ 55 milhões em um dos contratos, o que representa cerca de 10% do contrato, e em R\$ 45 milhões, em outro.

O senador Telmário Mota (PDT-RO), coordenador do comitê, disse que não há nenhum interesse em manter uma obra paralisada, mas todos os questionamentos e dúvidas precisam ser sanados antes de uma eventual retomada.

Votação de créditos adicionais a ministérios fica para amanhã

A Comissão Mista de Orçamento adiou para amanhã a reunião destinada à votação de projetos de lei que abrem créditos adicionais no Orçamento deste ano.

A reunião marcada para ontem chegou a ser aberta, mas durou poucos minutos por falta de quorum.

Na pauta da comissão, estão cinco projetos do Congresso que abrem créditos adicionais. Entre eles, o PLN 27/2016, que destina crédito suplementar de R\$ 27,9 milhões para o Ministério da Ciência e Tecnologia, e o PLN 29/2016, que reserva mais R\$ 76,4 milhões para os Ministérios da Justiça e da Defesa.

Ministro diz que 424 servidores federais foram expulsos em 2016 por corrupção

O ministro da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, Torquato Jardim, disse ontem no Senado que 424 funcionários públicos federais foram expulsos do serviço público por corrupção e irregularidades em 2016. Houve também 30 processos administrativos decorrentes das investigações da Operação Lava Jato.

Jardim falou à Comissão de Transparência e Governança do Senado. Ele informou que a Avaliação Cidadã de Políticas e Serviços Públicos examinou 12 programas e 2 serviços este ano.

Na Secretaria Federal de Controle Interno, ocorreram 45 operações especiais, como a Operação Boca Livre, que apura desvios da Lei Rouanet.

O convite ao ministro foi feito pelo presidente da comissão, Paulo Bauer (PSDB-SC). O senador sugeriu que o Brasil articule uma ação conjunta com os demais países do Mercosul sobre transparência, já que todos apresentam problemas semelhantes.

— O ministério que controla a gestão pública no Brasil poderia interagir com os órgãos dos governos vizinhos para fortalecer esse trabalho — disse Bauer.

Entre outras sugestões feitas pelo senador, está a avaliação anual de iniciativas do governo, como o programa de livros didáticos e o da merenda nas escolas públicas. Bauer disse que a população brasileira desconhece os dados relativos a essas ações.



Ministro Torquato Jardim fala em comissão presidida por Paulo Bauer